

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.297 - PE (2020/0072050-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : RITELZA CABRAL DEMETRIO  
**ADVOGADOS** : SERGIO BRUNO ARAUJO REBOUÇAS E OUTRO(S) -  
CE018383  
GILBERTO ANTONIO FERNANDES PINHEIRO JUNIOR E  
OUTRO(S) - CE027722  
DANIEL AYRES DE MOURA REBELO E OUTRO(S) -  
CE025679  
FRANCISCA SANDRELLE JORGE LIMA E OUTRO(S) -  
CE033976  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RITELZA CABRAL DEMETRIO contra acórdão proferido pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no julgamento do HC n. 0807744-70.2019.4.05.0000.

Noticiam os autos que a recorrente foi denunciada como incurso no artigo 1º, inciso I, do Decreto-lei 201/1967.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que a acusada teria sido penalmente responsabilizada apenas pela sua condição formal de prefeita municipal à época dos fatos, não tendo o órgão ministerial descrito qualquer ação ou omissão que implicasse a sua concorrência no pretenso desvio de recursos públicos.

Aduz que a simples irregularidade do projeto contratado não configuraria a prática de crime.

Alega que não haveria lastro probatório mínimo para a deflagração da ação penal.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal, e, no mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja trancado.

É o relatório.

Consta da denúncia que o recorrente e demais corréus, e de forma livre e consciente e em unidade de desígnios, apropriaram-se e desviaram recursos públicos oriundos do Convênio n. 19712004, firmado entre a FUNASA e a Prefeitura de AquirazCE, que teve por objeto a execução do Sistema de Abastecimento de Água, com a construção de 29 (vinte e nove) sistemas de chafariz e de 8 (oito) sistemas de abastecimento (e-STJ fl. 52).

O referido convênio teve a vigência iniciada em 31.12.2004, no mandato da ora recorrente, e encerrou-se em 28.8.2010, no mandato do gestor Edson (e-STJ fl. 52).

O valor total do acordo importou em R\$ 1.738.704,01 (um milhão, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e quatro reais e um centavo), sendo R\$ 1.698.713,82 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e treze reais e oitenta e dois centavos) oriundos de dotação orçamentária da FUNASA, e R\$ 39.990,19

(trinta e nove mil, novecentos e noventa reais e dezenove centavos) a título de contrapartida, tendo sido liberadas duas parcelas, respectivamente de R\$ 679,485,82 (seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e R\$ 679.485,00 (seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), em 5.12.2005 e 5.9.2006, no mandato da recorrente (e-STJ fl. 52).

Para a consecução da referida obra, foi contratada a empresa G&M CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA, que tem como sócio o corréu RICARDO MACIEL CRUZ, mediante processo de dispensa de licitação em razão da urgência caracterizada pela estiagem prolongada na localidade, o que se concretizou com o Contrato n. 001/2006, datado de 4.4.2006 (e-STJ fl. 52).

Não obstante, por meio de perícia efetivada pela Polícia Federal, constatou-se a existência de sobrepreço/superfaturamento, com a ocorrência de prejuízo ao erário (e-STJ fl. 52).

Os peritos concluíram que os custos unitários estavam de acordo com os preços de mercado, mas que as obras não foram executadas de acordo com as especificações e projeto, detectando que a obra dos sistemas de abastecimento d'água do Iguape, Barro Preto e Lagoa Seca não foram implantados na totalidade, havendo divergência entre os quantitativos executados e os medidos e pagos em todos os sistemas de abastecimento examinados (e-STJ fl. 52).

Os citados profissionais apontaram a existência de dano ao erário no valor de R\$ 69.416,01 (sessenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e um centavo), a preços de março de 2006, dos quais R\$ 57.014,61 (cinquenta e sete mil, catorze reais e sessenta e um centavos) são decorrentes de quantidades medidas e não executadas, e R\$ 12.401,40 (doze mil, quatrocentos e um reais e quarenta centavos) são decorrentes da medição de serviços do sistema Iguape com preços originais, ao invés dos preços readequados, de valores inferiores (e-STJ fl. 52).

Analisando-se as medições da planilha acostada no laudo pericial, observou-se que determinados itens, alguns em valores significativos, constam, em mais de uma medição, indicando dupla cobrança, ou seja, cobrança indevida (e-STJ fl. 53).

As notas fiscais foram assinadas pelo corréu RICARDO MACIEL CRUZ, ao passo que os documentos da prefeitura, como os relatórios de execução físico-financeira e termo de aceitação parcial da obra, entre outros, foram firmados pela recorrente (e-STJ fl. 53).

O órgão ministerial consignou que o prejuízo ao erário apontado foi decorrente da ação conjunta da empresa que incluiu nas medições serviços em duplicidade e não realizados e serviços com preços não readequados, bem como da prefeitura que ordenou os pagamentos indevido (e-STJ fl. 53).

Feitos este breve resumo dos fatos imputados à recorrente, sabe-se que o devido processo legal constitucionalmente garantido deve ser iniciado com a formulação de uma acusação que permita ao acusado o exercício do seu direito de defesa, para que eventual cerceamento não macule a prestação jurisdicional reclamada.

É dever do órgão ministerial, portanto, narrar de forma satisfatória a conduta delituosa atribuída ao agente, descrevendo todas as suas circunstâncias, conforme a norma disposta no artigo 41 do Código de Processo Penal, para que seja viável o contraditório a ser instituído em juízo.

A doutrina e jurisprudência alinham-se ao apontar os requisitos mínimos de uma peça acusatória, podendo-se citar, por todos, as lições de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes Filho:

*"A instauração válida do processo pressupõe o oferecimento de denúncia ou queixa com exposição clara e precisa de um fato criminoso, com todas as suas circunstâncias (art. 41 do CPP), isto é, 'não só a ação transitiva, como a pessoa que a praticou (quis), os meios que empregou (quibus auxiliis), o malefício que produziu (quid), os motivos que a determinaram a isso (cur), a maneira por que a praticou (quomodo), o lugar onde a praticou (ubi), o tempo (quando)' (João Mendes Jr.). (As nulidades no processo penal. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 90-91.)*

No caso dos autos, verifica-se que a recorrente não foi objetivamente responsabilizada pelos fatos em apuração, mas acusada da prática do crime de desvio de verbas públicas porque, na qualidade de Prefeita Municipal, assinou os documentos que permitiram o pagamento à empresa de um dos corréus por serviços em duplicidade, não realizados e com preços não readequados, ocasionando prejuízos ao erário.

Quanto ao ponto, é imperioso destacar que nos crimes de autoria coletiva, embora a denúncia não possa ser de todo genérica, é válida quando, apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o seu agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa, caso em que se consideram preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal.

Dessa maneira, viável que o Ministério Público, impossibilitado de descer a minúcias quanto ao agir específico de cada denunciado, possuindo, porém, fundados indícios de que todos teriam de alguma forma concorrido para o intento criminoso, ofereça a inicial destacando, em seu texto, os elementos que os conectam ao delito, exatamente como ocorreu na hipótese dos autos.

Nessa linha:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. INÉPCIA DE DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. INEXIGIBILIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO COMPLEXA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. O trancamento da ação penal e do inquérito por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.*

*2. Descrevendo a denúncia de forma clara e suficiente a conduta atribuída aos acusados, não há flagrante ilegalidade a ser reparada, destacando-se que, "nos crimes de autoria coletiva admite-se a descrição genérica dos fatos, se não for possível, como na espécie, esmiuçar e especificar a conduta de cada um dos denunciados." (RHC 66.363/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 10/3/2016).*

*(...)*

*5. Agravo regimental não provido.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*(AgRg no RHC 101.896/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 02/03/2020)*

No mesmo diapasão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ART. 4º DA LEI N. 7.492/1986). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PEÇA EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. MITIGAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE DESCRIÇÃO MINUCIOSA DE CADA AÇÃO. POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado - de plano e sem necessidade de dilação probatória - a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. É certa, ainda, a possibilidade do referido trancamento nos casos em que a denúncia for inepta, não atendendo o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal - CPP, o que não impede a propositura de nova ação desde que suprida a irregularidade.*

*2. A imputação descrita na denúncia é suficiente clara para deflagrar a ação penal e minúcias acerca das circunstâncias da prática delitiva poderão ser aferidas durante a instrução probatória, sob o crivo do contraditório.*

*3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ tem mitigado a exigência de descrição minuciosa da ação de cada agente nos crimes de autoria coletiva, desde que a denúncia não seja demasiadamente genérica. Precedentes.*

*(...)*

*5. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 116.971/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020)*

Vê-se, assim, que a narrativa exposta é apta ao exercício do direito de defesa constitucionalmente garantido ao recorrente, razão pela qual não há que se falar em inépcia da exordial acusatória, já que atendidos todos os requisitos elencados no artigo 41 do Código de Processo Penal.

Nesse vértice:

*PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. FRAUDE EM LICITAÇÃO E CRIME DE RESPONSABILIDADE. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PREENCHIMENTOS DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS DE AUTORIA DEMONSTRADOS. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida*

excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

2. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

3. No caso em exame, a denúncia narra a conduta do recorrente - então Prefeito Municipal de Palhoça - consubstanciada na suposta fraude, mediante ajuste conjuntamente com os demais acusados, de processo licitatório cujo objetivo era alienar 3 terrenos do Município de Palhoça, por preço abaixo de mercado, para a empresa Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária - Residence IV - SPE Ltda. Apurou-se, ainda, a existência de manobras arquitetadas pelos denunciados destinadas a impedir a participação de outras empresas.

4. Hipótese em que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal, uma vez que narrou fato típico, antijurídico e culpável - qual seja a adjudicação e homologação do procedimento licitatório, que teve superfaturamento do valor, além de fraudado o caráter competitivo -, suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação do crime e o rol de testemunhas, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa pela denúncia.

5. Não há falar em ausência de justa causa, porquanto devidamente delineada a materialidade delitiva e os indícios de autoria, uma vez que o recorrente foi denunciado em virtude de ter concorrido para suposta fraude de procedimento licitatório de 3 terrenos do Município de Palhoça, por preço abaixo de mercado, causando, assim, prejuízo ao ente municipal.

6. A jurisprudência deste Superior Tribunal é no sentido de que a conduta descrita "no art. 90 da Lei n. 8.666/1993 é formal, bastando para se consumar a demonstração de que a competição foi frustrada, independentemente de demonstração de recebimento de vantagem indevida pelo agente e comprovação de dano ao erário" (HC 341.341/MG, Rel.

Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 30/10/2018).

7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 94.327/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 19/08/2019)

Na mesma esteira:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS. FRAUDE À LICITAÇÃO. PROCESSO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO NOS DELITOS. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA. NÃO**

**OCORRÊNCIA. LASTRO MÍNIMO PROBATÓRIO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.**

1. O trancamento do processo-crime pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios capazes de fundamentar a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias não evidenciadas no caso em apreço. Precedentes do STJ.

2. A denúncia apresenta os elementos para a tipificação dos crimes em tese (art. 90 da Lei n.º 8666/1993 e art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei n.º 201/65) e demonstra o suposto envolvimento do Recorrente com o fato delituoso - pois adjudicou e homologou o procedimento licitatório, que teve superfaturamento do objeto e do valor, além do caráter competitivo fraudado -, permitindo-lhe, portanto, ter ciência da conduta típica que lhe foi imputada, de modo a garantir o livre exercício do contraditório e da ampla defesa.

3. A exordial acusatória, ademais, evidencia o Recorrente não foi denunciado apenas por ser Prefeito Municipal, mas porque a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara Municipal de Careagu/MG apurou que ele aderiu as condutas delituosas, tendo conhecimento pleno da fraude e do superfaturamento na contratação efetuada, bem como do posterior desvio de dinheiro público, o que afasta a alegada inépcia da denúncia e a suposta responsabilidade penal objetiva.

4. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de indícios de materialidade e autoria delitivas, não é possível o trancamento do processo pela via excepcional do recurso em *habeas corpus*. Impõe-se o prosseguimento da instrução processual, na qual poderá a Defesa demonstrar a legalidade da licitação ou a boa-fé do Recorrente.

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 106.616/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 09/04/2019)

No tocante à alegada ausência de lastro probatório mínimo para a persecução criminal, sedimentou-se na doutrina e jurisprudência pátria o entendimento de que para se acolher o pleito de trancamento da ação penal na via do *habeas corpus* é necessário que exsurja, à primeira vista, sem exigência de dilação de provas, a ausência de justa causa para a sua deflagração e/ou continuidade.

Por oportuno, conveniente registrar que toda denúncia é uma proposta de demonstração da ocorrência de fatos típicos e antijurídicos atribuídos a determinado acusado, sujeita, evidentemente, à comprovação e contrariedade, a qual somente deve ser repelida quando não houver prova da existência de crime ou de indícios de sua participação no evento criminoso noticiado, ou, ainda, quando se estiver diante de flagrante causa de exclusão da ilicitude ou da tipicidade, ou se encontrar extinta a punibilidade.

E como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos de convicção até então colacionados, como pretende agora a defesa, para perquirir se haveria indícios suficientes de que a recorrente praticou o crime que lhe foi assestado.

Com efeito, para debate dessa natureza reserva-se à ré o processo criminal, ocasião em que as partes podem produzir aquelas provas que melhor entenderem alicerçar seus respectivos interesses, além daquela que pode ser feita pelo Juiz da causa, e não nesta oportunidade e instância, no âmbito estreito do *writ*.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via eleita, consoante vem decidindo esta colenda Turma, inevitavelmente levaria à vedada análise de provas em sede de *habeas corpus*.

Nesse sentido:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FRAUDE LICITATÓRIA, PECULATO EM CONCURSO MATERIAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA, AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA, AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO NA DENÚNCIA DO DOLO GENÉRICO, OFENSA AO ART. 41 DO CPP, ALÉM DA AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CONDUTAS SUPOSTAMENTE CRIMINOSAS.*

*INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.*

*II - No caso, a ausência de justa causa para a ação penal somente pode ser reconhecida no âmbito deste remédio constitucional quando estiver evidente, o que não ocorre no caso concreto, diante da necessidade de colheita de prova sob o crivo do contraditório.*

*Ademais, a tese relativa à ausência de descrição de dolo específico se relaciona diretamente com o mérito da acusação, demandando, para sua análise, revolvimento fático-probatório, providência sabidamente incabível na via eleita.*

*III - No caso, a conduta imputada ao agravante descreve, em tese, os fatos típicos de subtração de documento e fraude processual. A amplitude da instrução criminal oferece às partes a garantia do contraditório e da ampla defesa. Conclui-se do exame das razões contidas na recurso e das cópias juntadas, que, ao requerer a concessão da ordem pretende a defesa, na realidade, discutir o próprio mérito das imputações, incabível, assim a análise na via do habeas corpus. Portanto, não há que se falar em inépcia da denúncia, conforme alega o agravante, pois dita peça descreve de modo pormenorizado e abrangente, os elementos essenciais ao conhecimento dos fatos criminosos, adequando a conduta do agente ao respectivo tipo penal, não restando violados os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.*

*IV - Não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg nos EDcl no RHC 116.883/PB, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento da ação penal, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no presente inconformismo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a medida excepcional por esta via, já que tal conclusão dependeria, repita-se, de profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “b”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator